



QUALIDADE HABITACIONAL: UM ESTUDO DO SEU IMPACTO NO IDEB NAS CIDADES DO RS

Oderson Panosso ¹
Marcio Aparecido Lucio ²
Nelson Hein ³
Bruna Martins Busin ⁴

RESUMO

O IDEB é um indicador que mede o desempenho do ensino ou qualidade do ensino. Para isso, alguns fatores externos contribuem para o desenvolvimento deste contexto escolar. Um deles é o investimento atrelado à educação. Dentre outros, pode se afirmar que a qualidade habitacional pode interferir na qualidade do aluno se desenvolver. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar se a qualidade habitacional influencia no desenvolvimento do ensino com base no IDEB. A amostra compreendeu os municípios do Estado do Rio Grande do Sul referindo-se ao ano de 2017. Os dados foram analisados por meio de regressão linear múltipla, sendo 364 municípios analisados. Os resultados apontaram relação de significância dos gastos, evasão escolar e qualidade habitacional no desenvolvimento do IDEB, o que se esperava. Os dados mostraram-se positivamente relacionados com a qualidade habitacional. Corroborando com diversos autores que defendem a ideia de que fatores sociais podem influenciar no desenvolvimento do ensino e não podem ser ignorados. De forma geral, conclui-se que a busca por mais relações externas junto ao desenvolvimento do aluno podem explicar o desenvolvimento educacional do país.

Palavras-chave: Ideb, Gastos Públicos, Qualidade Habitacional

1. INTRODUÇÃO

O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - criado em 2007 pelo governo federal, sintetiza em um só indicador dados de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão) e o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas. É organizado e produzido pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira, órgão do MEC que promove pesquisas na educação. É apresentado a cada dois anos e iniciou o registro da série histórica dos indicadores em 2005, embora tenha sido criado oficialmente em 2007, para poder estabelecer metas bienais até 2021 de

¹ Doutorando do Curso de Contabilidade da Universidade Regional de Blumenau - FURB, opanosso@gmail.com;

² Doutorando do Curso de Administração da Universidade Regional de Blumenau - FURB, malucio@uol.com.br;

³ Doutor em Engenharia da Produção da da Universidade Regional de Blumenau - FURB, hein@furb.br;

⁴ Graduada em Letras pela Universidade Nordeste do Paraná - UNOPAR, brunabusin@gmail.com;



desempenho da educação nos níveis municipal, estadual e nacional. Dessa forma, podemos considerar que aumentar os índices do IDEB é melhorar a qualidade da educação, principalmente, em relação aos indicadores que o compõem: fluxo – significa que os alunos estão sendo aprovados – e nota na prova Brasil – significa que os alunos estão aprendendo. Nesse sentido, Franco (2007) afirma que: “o princípio do IDEB é o de que qualidade da educação pressupõe que o aluno aprenda e passe de ano” (p. 991).

Porém, deve-se considerar que o desenvolvimento do aluno, não é apenas impactado pela boa vontade do aluno ou do professor, outros fatores externos podem contribuir para o desenvolvimento da educação. No entender de Souza et al (2005), as avaliações dos sistemas de ensino apenas apontam o desempenho dos estudantes, mas não os compreendem, nem os resolvem. Para esses autores, nem sempre esse panorama explicará o desenvolvimento em sala de aula, pois os sistemas avaliativos aplicados nem sempre utilizam metodologias condizentes com a realidade das escolas brasileiras e seus contextos. Um dos fatores podem ser os investimentos aplicados na educação. No Brasil, os estados e municípios têm a incumbência de prover a educação básica para a população, com significativas variações regionais e locais nessas responsabilizações (FARENZENA & MACHADO, 2006). Ou seja, os investimentos nessas áreas estão atrelados ao bom andamento desempenho do contexto educacional.

Por outro aspecto, segundo Silva et al. (2015) existe a necessidade de considerar os fatores contingenciais locais, sobretudo, àqueles relacionados ao contexto de desigualdades econômicas e sociais com impacto na gestão da educação. Logo, outros fatores, como os gastos em educação, podem interferir no bom desempenho dos alunos.

Entre outros fatores que podem influenciar pode ser a qualidade habitacional, pois segundo Soares (2011), o IDEB tem alta correlação com o nível socioeconômico do alunado; logo, ao atribuir a esse indicador o status de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Assim, não se pode afirmar que o IDEB não pode ser afetado por outras variáveis, além do ambiente escolar. Outros trabalhos, como César e Soares (2001), Soares (2004), Ferrão e Fernandes (2001), Freitas (2004, 2007) e Soares e Andrade (2006), também demonstram a problemática que não se pode tomar a escola de forma isolada do seu contexto social para o desenvolvimento do ensino. Nesse contexto, o problema desse trabalho é tentar identificar a influência da qualidade habitacional no desenvolvimento



educacional com base no indicador IDEB? Para atender à questão, o objetivo foi de analisar a influência da qualidade habitacional no desenvolvimento educacional com base no indicador IDEB.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: Na primeira seção mostra-se a introdução justificando os objetivos. Em seguida, as opções metodológicas usadas para tratar estatisticamente os indicadores usados para justificar as hipóteses do desenvolvimento do ensino com base no IDEB. Por fim, os resultados estatísticos analisados e, derradeiramente, as principais conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E FORMAÇÃO DAS HIPÓTESES

O IDEB é um dos pilares centrais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estabelecido a partir de 2007, pois direciona as articulações da União, estados e municípios para a assistência técnica do MEC e o repasse de recursos, correspondente aos índices obtidos, conforme a realidade de estados e municípios. Conforme Reynaldo Fernandes (2007, p. 06), o objetivo do indicador IDEB é o de possibilitar um “monitoramento permanente e medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados” no contexto da educação brasileira. Segundo nota técnica do MEC disponível na internet o “IDEB é um indicador de qualidade educacional” (2007, p. 06).

O acompanhamento do desempenho da escola seria suficiente para verificar o IDEB da instituição, o qual é apresentado numa escala de zero a dez. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s./d.). No entender de Fernandes (2007, p. 16), que apresenta a visão do Inep/MEC, “o indicador proposto possui a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas”. Logo, o indicador pode ser uma ferramenta útil de análise. Vale destacar que o primeiro passo para o um bom desempenho do IDEB são os investimentos realizados pelo governo. Os recursos investidos em educação, quando são empenhados no processo orçamentário, integram os balanços orçamentários evidenciados pela contabilidade pública (SLOMSKI, 2013). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – regula a contabilização dos gastos na função educação: o artigo 70 define o que pode e o artigo 71 o que não pode ser considerado gasto com educação na contabilidade dos entes públicos (BRASIL, 1996). Crozatti et al.(2013) identificou que as correlações dos gastos médios por aluno, professor



e escola, nas redes municipais de educação fundamental “mostram-se de fraca a média intensidade na maioria das categorias dos municípios”, apesar de ter havido, em período recente de aumento considerável do gasto por aluno e do repasse de recursos federais aos municípios para o financiamento da função educação (CROZATTI et al., 2013). Conforme Soubbotina (2004), os governos têm investido mais recursos públicos na educação. Portanto, cabe destacar que o investimento de hoje reflete no desenvolvimento do amanhã, pois os resultados dos gastos realizados pelos governos no momento refletem os resultados após o período do desembolso. Zogbhi et al. (2011) demonstram que é possível presumir que a eficiência do gasto público está correlacionada ao crescimento econômico a longo prazo.

Aqui, se justifica a utilização dos investimentos em educação do ano de 2016 com reflexos no IDEB de 2017. Para a nossa primeira hipótese seria:

(H1) os gastos investidos no período anterior ao cálculo do IDEB, demonstram influência no desempenho dos alunos.

Ademais, apesar de estudos recentes terem buscado identificar relações existentes entre os gastos públicos gerais em educação e o desempenho no IDEB (Adriano, Rosa, & Flach, 2015; Borinelli,; Crozatti & Almeida, 2012; Diniz & Corrar, 2011), percebe-se uma escassez de produção científica relacionada especificamente a identificar outros fatores externos, como qualidade habitacional pode interferir no desempenho dos alunos.

Buscou junto ao Indicador geral IGM – Índice de Gestão Municipal o contexto da qualidade habitacional, que inclui acesso a água, saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica; direitos estes que são obrigação do governo em manter ou buscar oferecer a disponibilidade para a população. Considerando estes itens em falta, a pessoa teria uma capacidade menor de desempenho escolar. Com isso, buscou identificar uma segunda hipótese, que seria a relação da qualidade habitacional no desenvolvimento do IDEB:

(H2) A qualidade habitacional influencia no indicador IDEB, demonstram influência no desempenho dos alunos.

Segundo Barbosa & Pessoa (2009), é difícil encontrar um país com renda per capita igual ou maior do que a nossa e que, simultaneamente, apresente um menor nível de escolaridade; porém, estudos que busquem entender o que pode afetar o bom desempenho da educação é fortalecer o desenvolvimento do método de análise.



Por fim, para não considerar apenas estas variáveis isoladas, foi considerado também o contexto da evasão escolar como medida de desempenho melhor do IDEB. Conforme Drügg & Ortiz (1994), buscar a qualidade em educação significa desenvolver a aprendizagem crítica, a permanência do discente na escola, criando mecanismos que evitem a reprovação e a evasão.

Alguns dados da pesquisa de Silva (2012), levam a crer que o IDEB não demonstre fidedignamente a aprendizagem dos alunos. Alguns questionam a validade do próprio exame, pois afirmaram não ser possível avaliar a aprendizagem/rendimento dos alunos e a qualidade da educação apenas por meio de uma prova escrita. Pois, ao considerar as taxas de evasão e de reprovação, se afasta do foco no desempenho obtido pelos alunos na Prova Brasil.

Paro (2000) comenta que “a escola pública brasileira tem produzido altos índices de reprovação e de evasão e o baixo nível de conhecimento mesmo dos que conseguem ser aprovados. A culpa, na maioria das vezes, cai sobre o ‘produtor final’, o professor” (p. 13, grifo do autor), mas também, há falta de interesse do aluno e ausência de participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. Os pais, em geral, argumentam que não sabem ajudar seus filhos, que não têm tempo para isso, ou, simplesmente, não querem participar.

Nossa terceira hipótese: *(H3) o número de evasão escolar demonstra influência no desempenho dos alunos.*

Com estas hipóteses, buscou tentar explicar as variáveis do IDEB municipal, das séries iniciais e finais, dos 4 aos 15 anos dos alunos do ensino básico. O próximo capítulo trata de metodologia.

3. METODOLOGIA

A população de pesquisa contempla todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul. A escolha do estado foi aleatória.

Quadro 1 – Tamanho da amostra

Nº de municípios do RS	Nº de municípios com dados completos
498	364

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Para delimitar a amostra, foram excluídos os 134 municípios que não continham dados completos para cálculo das variáveis.

Os dados foram cálculos em 3 partes, sendo assim considerados: os dados foram analisados com dados do IDEB séries iniciais e finais e, por fim, a média considerada como IDEB Municipal.

O quadro 2 apresenta os dados estatísticos dos 364 municípios da amostra e suas médias e desvio padrão para as séries iniciais e finais durante o período de 2017, o qual totalizou 356 observações.

Quadro 2 – Tamanho da amostra

Variável Dependente: IDEB_INIC				
Variável	Min	Máx	Média	Desvio Padrão
Ideb	4.3	7.7	6.00309	0.6626167
Gastos	13.819	20.636	15.88103	1.093571
Evasão	0.158	0.892	0.5296152	0.1472346
Qual. Hab	0.528	0.998	0.9450028	0.469903
Variável Dependente: IDEB_FIN				
Ideb	3	6.7	4.648315	0.6256242
Gastos	13.819	20.636	15.88103	1.093571
Evasão	0.158	0.892	0.529615	0.1472346
Qual. Hab	0.528	0.998	0.9450028	0.0469903
Variável Dependente: IDEB_MUNIC				
Ideb	3.9	6.75	5.325702	0.5550468
Gastos	13.819	20.636	15.88103	1.093571
Evasão	0.158	0.892	0.5296152	0.1472346
Qual. Hab	0.528	0.998	0.9450028	0.0469903

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Ficam destacados as médias e desvios padrão conforme dados descritivos da amostra. A partir da análise principal realizada com a amostra de 364 municípios (356 observações), foram realizados com alguns testes de sensibilidade/robustez, a fim de verificar se os resultados sobre a influência da qualidade habitacional e os gastos com educação poderiam ser analisados.

Primeiramente, foi selecionado o IDEB no site do INEP, o qual apresenta os dados de todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul conforme os levantamentos realizados deste indicador. Posteriormente, foram coletados os dados da qualidade habitacional junto aos indicadores do IGM – Índice de Gestão Municipal que consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Porém, foram coletados apenas os dados habitacionais que estão inseridos neste índice. Para o índice da qualidade habitacional, segundo o IGM, foram coletadas informações dos seguintes dados para se chegar ao indicador: acesso a água, acesso à energia, acesso ao saneamento e acesso a banheiro encanado. Com estas características que formaram o indicador habitacional para a análise. Os dados dos gastos em educação foram os investimentos do ano de 2016, relatado no SICONFI - Sistema de Informações Contábeis disponibilizado pelo governo federal relacionado a

cada município. A escolha dos gastos do ano de 2016 consiste no fato de que os gastos realizados em um período terão reflexos no ano seguinte. Por fim, para melhorar o modelo de análise foram coletados os dados de evasão escolar. Segundo Paro (2000), a escola pública brasileira tem produzido altos índices de evasão e isso pode demonstrar a interferência no indicador do IDEB.

Com base nestas características, verifica-se na quadro 3 as variáveis dependentes e independentes da pesquisa.

Quadro 3 - Variáveis da pesquisa

Variável Dependente		
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (média das variáveis INIC e FIN)	IDEB_INIC - IDEB séries iniciais (1º ao 5º ano)	IDEB_FIN - IDEB séries finais (6º ao 9º ano)
	Variáveis Independente	
GAS - Gastos Municipais Educação	HAB - Qualidade Habitacional municipal	EVA-Evasão Escolar

Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Com base no Quadro 3, ressalta-se alguns detalhes pertinentes acerca das variáveis. Para testar a hipótese da pesquisa, utilizou-se de regressão linear múltipla, do sistema Stata. Foram utilizados erros padrão robustos.

A versão dos modelos testados foram:

$$\text{IDEB_INIC}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{DESP}_{it} + \beta_2 \text{EVA}_{it} + \beta_3 \text{HAB} + \varepsilon$$

$$\text{IDEB_FIN}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{DESP}_{it} + \beta_2 \text{EVA}_{it} + \beta_3 \text{HAB} + \varepsilon$$

$$\text{IDEB_MUNIC}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{DESP}_{it} + \beta_2 \text{EVA}_{it} + \beta_3 \text{HAB} + \varepsilon$$

Onde,

IDEB_INIC = são as variáveis do IDEB das séries iniciais (0 ao 4º ano)

IDEB_FIN = são as variáveis do IDEB das séries finais (4º ao 9º ano)

IDEB_MUN = são as médias das variáveis do IDEB das séries iniciais e finais.

DESP = são os gastos em educação de 2016.

EVA = são os dados da evasão escolar do ano de 2017.

HAB = se refere a variável da qualidade habitacional.

Logo, a regressão múltipla foi realizada em três etapas, verificando os gastos com educação, evasão escolar e qualidade habitacional dos municípios e a sua capacidade de influenciar no desenvolvimento do IDEB, tanto das séries iniciais quanto das séries finais e na média das duas considerando como IDEB municipal. “O objetivo principal da análise de regressão é, portanto, propiciar ao pesquisador condições de avaliar como se comporta uma variável Y com base no comportamento de uma ou mais variáveis X, sem que, necessariamente, ocorra uma relação de causa e efeito.” (FÁVERO, 2015, p.7). Os pressupostos dos modelos de regressão linear múltipla (homocedasticidade,



multicolinearidade, autocorrelação dos resíduos e normalidade) foram testados antes de se proceder a análise dos dados, assim como a estatística descritiva e o teste de correlação entre as variáveis. O problema de heterocedasticidade foi solucionado com a utilização de erros padrões robustos. O pressuposto da normalidade pode ser relaxado em função da quantidade de observações. Os testes VIF (multicolinearidade) e Durbin-Watson (autocorrelação dos resíduos) foram apresentados nas tabelas dos resultados.

Verifica-se os principais resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aportes teóricos e a apresentação e discussão dos resultados parciais ou finais. Foram analisados primeiramente os dados do IDEB das séries iniciais e após séries Finais, e uma média municipal do IDEB do ensino fundamental.

Apresentam-se os resultados da influência das variáveis selecionadas

Quadro 4. Análise Séries Iniciais e Finais.

Variáveis Indep. (Constante)	Variável Dependente: IDEB_INIC			Variável Dependente: IDEB_FIN		
	Coefficientes padronizados	t	VIF	Coefficientes padronizados	t	VIF
	6,09717	8,43		3,47440	4,94	
DESP	-0,11974	-4,21***	1,26	-0,08321	-2,99**	1,26
EVA	1,44035	5,67***	1,25	1,46327	7,02***	1,25
HAB	1,10548	1,65*	1,00	1,82062	2,87**	1,00
R ²	0,1682			0,1983		
Significância	0,000*			0,000*		
Durbin Watson	2,05665			2,06941		
Observações	356			356		

Nota: *Significância ao nível de 1%. **Significância ao nível de 5%. ***Significância ao nível de 10%. VIF: *Variance Inflation Factor*.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com base no Quadro 4, percebe-se que o modelo foi significativo, com R² de 16,82%. Além disso, observa-se que as variáveis não estão expostas a graves problemas de multicolinearidade (VIF), nem de auto correlação dos resíduos (Durbin Watson). O grau de gastos públicos apresentou relação significativa com o indicador IDEB, porém, negativamente. Destaca-se a existência de relação dos gastos com educação, ou seja, os investimentos em educação estão relacionados com o desenvolvimento na educação. O sinal negativo, pode ser interpretado no modelo de regressão que os gastos em educação podem acompanhar o índice IDEB, pois os gastos, mesmo que em maior quantidade, podem não ser de qualidade. Esse modelo pode informar sobre os maiores municípios, com maiores gastos e IDEB menores em relação aos municípios menores. Isso reforça o fato de que o gasto com planejamento analisando as prioridades é o melhor caminho para o investimento em educação para o desenvolvimento qualificado dos alunos. Quanto à

evasão escolar, também foi possível identificar uma relação significativa do indicador IDEB. Isso prova estatisticamente que existe uma relação forte e que influencia o IDEB. Logo, isso pode nos afirmar que medidas serão norteadoras diante da evasão escolar. Alves (2009) afirma que os altos índices de repetência e evasão no decorrer da história do sistema educacional brasileiro contribuíram para a implementação de ações referentes à superação desse problema. O grau de qualidade habitacional se mostrou positivamente relacionado ao IDEB, isso sugere que existe uma relação quanto à forma como as pessoas vivem no contexto do desenvolvimento escolar. Percebe-se isso tanto nas séries iniciais e finais do ensino fundamental. Políticas voltadas para esta área devem ser consideradas para um desempenho melhor dos alunos. A evolução em sistemas educacionais é um fenômeno dependente de um contexto sociocultural e econômico e que não depende apenas do gasto público (CROZATTI et al., 2017). Com a intenção de melhor explorar os resultados, foi realizada uma média dos IDEB, considerando IDEB Municipal, aplicando as mesmas variáveis anteriores e as relações. Os resultados deste teste estão expostos no Quadro 5.

Quadro 5. Análise Municipal.

Variáveis Indep.	Variável Dependente: IDEB_MUNIC		
	Coefficientes padronizados	t	VIF
(Constante)	4,78578	7,93	
DESP	-0,10147	-4,26***	1,26
EVA	1,45181	7,54***	1,25
HAB	1,46305	2,77**	1,00
R ²	0,2434		
Significância	0,000*		
Durbin Watson	2,004298		
Observações	356		

Nota: *Significância ao nível de 1%. **Significância ao nível de 5%. ***Significância ao nível de 10%. VIF: *Variance Inflation Factor*.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com base no Quadro 5, também foi possível perceber que o modelo foi significativo, com R² de 24,34%. Além disso, observa-se que as variáveis não estão expostas a graves problemas de multicolinearidade (VIF), nem de autocorrelação dos resíduos (Durbin Watson). Os dados não mudaram muito em relação aos anteriores.

Tanto Evasão Escolar quanto a qualidade habitacional, se mostraram significativas para representar o valor do IDEB. Alves (2009) afirma as ações que foram realizadas após a verificação da evasão escolar a muito alta, seriam elas: a organização das escolas em ciclos, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração, o atendimento à criança desde a educação infantil, a implementação de programas para correção do fluxo escolar no ensino fundamental, a avaliação da educação básica, que se



tornou um dos eixos centrais da política educacional brasileira, a autonomia financeira para as escolas, a escolha de diretores por meio de eleição e a ampliação da formação dos professores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação analisou a influência da qualidade habitacional no desenvolvimento educacional com base no indicador IDEB. Foram analisados dados de 364 municípios referente os dados de 2017. Os resultados evidenciaram que a qualidade habitacional e evasão escolar apresenta uma relação positiva com o desenvolvimento do IDEB. Os gastos com educação também demonstraram interferência no desenvolvimento com educação, ou seja, os investimentos em educação estão relacionados com o desenvolvimento com educação.

Embora o IDEB seja um instrumento promissor para a análise das escolas como um dos indicadores a ser considerado em sua avaliação, não consegue, sozinho, demonstrar a especificidade de cada região e ou sua eficácia, já que, por melhores que sejam as tecnologias utilizadas, sempre estarão sujeitas aos limites do próprio instrumento, que podem ser imperfeita para demonstrar a realidade escolar.

Como alerta Freitas (2003, p. 35) a escola é um pouco mais complexa do que um conjunto de variáveis a serem manipuladas, e os valores dessas variáveis são de difícil estabilização e isso não significa dizer que nada há a ser aprendido com os estudos quantitativos e com as avaliações de larga escala. As evidências encontradas contribuem com a literatura sobre as discussões sobre o indicador IDEB e suas relações com a sociedade.

Em relação aos estudos anteriores, esta pesquisa avançou no item referente à exploração da qualidade habitacional dos municípios. Mostra as possíveis interpretações e ajustes que o indicador pode ajudar a entender e melhorar a qualidade do ensino.

Por fim, como estudos futuros, sugere-se analisar os outros estados, aplicando a mesma metodologia, com o fito de analisar a proximidade de valores. Pode-se incluir mais dados sociais e culturais no contexto da discussão.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras:** Tendências, contextos e desafios. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

ADRIANO, P.; ROSA, F.S.; FLACH, L. Desempenho dos gastos públicos no ensino fundamental nas capitais brasileiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE



CONTABILIDADE, 2., 2015. Pernambuco. **Anais...** CFC Pernambuco, 2015. Disponível em: Acesso em: 11 fev. 2015.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. **Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica.** VELOSO, F.; PESSÔA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.). Educação básica no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

BRASIL. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CÉSAR, C.C.; SOARES, J.F. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1/2, p. 97-110, jan./dez. 2001.

CROZATTI, J., & ALMEIDA, L. T. de.. A qualidade do gasto público com o ensino fundamental nas escolas municipais. **XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

CROZATTI, J; BRITO, FB; MORAES, VM; LIMA JR, AF; LIMA, LN. Evolução do gasto e do financiamento da Educação nos municípios brasileiros de 2003 a 2012. **Cad. Fin.Públ., Brasília**, n. 14, p. 201-220, dez. 2013. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/evolu_gasto_financiam.pdf>

CROZATTI, J.; SILVA, C. E. de O; MAHLMEISTER, R., S.; MACHADO, G. S.; FERREIRA, F. A.; SERPA, A. M.. O gasto orçamentário dos municípios paulista na educação fundamental: avaliação do elemento de despesa e o IDEB de 2008 a 2017. **Anais...**: XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória, ES, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2018

DINIZ, J.A; CORRAR, L. J. Alocação de recursos públicos na educação fundamental: uma relação entre os gastos e desempenhos dos alunos da rede pública municipal. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo/SP 28 e 29 julho de 2011.

FARENZENA, N., & MACHADO, M. G. F.. O custo das escolas públicas municipais: resultados de uma pesquisa e implicações políticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, n. 22, p.277–290,2006.

FÁVERO, LP. **Análise de dados: modelos de regressão com excel, stata e spss.** São Paulo: Campus/Elsevier, 2015.

FERRÃO, M.E.; COUTO, A. **Indicador de valor acrescentado e tópicos sobre consistência e estabilidade: uma aplicação ao Brasil.** 2012. (No prelo).

FERNANDES, R.. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** MEC/INEP, Brasília, 2007.

FRANCO, C. (et al). **Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites.** in: Revista Educação e Sociedade, volume 28, n. 100, Campinas, 2007.



FREITAS, L.C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, C.G.; RIOLFI, C.R.; GARCIA, M.F. Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

FREITAS, L.C. **Ciclos, seriação e Avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L.C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>>. Acesso em: junho. 2019.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

SOARES, J.F. **IDEB na Lei?** Simon's site, 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sites/simon/?p=2352&lang=pt-br>>. Acesso em: jun. 2019.

SOARES, J.F.. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. Reice: **Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 2, n. 2, p. 83-104. 2004

SOARES, J.F.; ANDRADE, R.J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 107-126, jan./mar. 2006.

SOUZA, Â. R. de *et al.* **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. Caderno 4. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufam/file.php/1/Biblioteca_Geral_do_Curso/avaliacao_texto2.pdf>. Acesso em: 30 out. 2008.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Andréia Ferreira da. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), organização escolar e trabalho docente na ótica de gestores e docentes da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB. **Anais da Anpae**, 2012, p. 1-10. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo02_30/Andreia%20Ferreira%20da%20Silva%20_int_GT2.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2013.

SILVA, A. B.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; FERREIRA, A. C. S.; LIMA, J. R. F.. Accountability para a Gestão de Verbas da Educação Pública em Municípios Brasileiros: Análise com Envolvimento de Dados (DEA). **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, v. 12, p. 1-16, 2015

SOUBBOTINA, T. P.. **Beyond economic growth: introduction to sustainable development**. (2th ed.). Washington, DC: The World Bank, 2004.

ZOGHBI, AC.; MATTOS, EM.; ROCHA, FR.; AVARTE, PA. Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, 2011.